

**FORTALECENDO O PROJETO SÃO JOSÉ NO ESTADO DO CEARÁ: ANÁLISE DO
PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DA JUVENTUDE RURAL**

***STRENGTHENING THE SÃO JOSÉ PROJECT IN THE STATE OF CEARÁ: ANALYSIS
OF THE PROFILE OF RURAL YOUTH BENEFICIARIES***

Moacir de Souza Júnior

Pós-Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia Rural
Universidade Federal do Ceará (UFC)
msjunior0902@gmail.com

Lafaete Almeida de Oliveira Mesquita

Pós-Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
professor.lafaete@gmail.com

Erika Costa Sousa

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Rural
Universidade Federal do Ceará (UFC)
erikacosta@alu.ufc.br

José Ediglê Alcântara Moura

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia Rural
Universidade Federal do Ceará (UFC)
edigle.economia@gmail.com

Filipe Augusto Xavier Lima

Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Rural
Universidade Federal do Ceará (UFC)
filipeaxlima@ufc.br

GT08. Etnias, gênero e questão geracional no mundo rural

Resumo

A participação da juventude é considerada essencial na composição do desenho das políticas sociais, devido à difusão do paradigma do jovem como sujeito de direito. Ademais, a inserção do jovem rural na agenda política foi traduzida na formulação de ações e políticas em geração de renda e inclusão produtiva direcionadas à juventude rural, mesmo que em primazia, ainda estejam focadas em atividades agrícolas e no crédito sob a óptica economicista. O estado do Ceará lançou o Projeto São José (PSJ) em 1996, visando fortalecer a agricultura familiar e melhorar a qualidade de vida nas comunidades rurais, buscando integrar a agricultura familiar nas políticas estaduais de desenvolvimento econômico, social, hídrico e alimentar. O PSJ III – 2ª fase se coloca como oportunidade para que sejam desenvolvidas ações de capacitação aos potenciais beneficiários/as para melhor qualificação das demandas e das manifestações de interesse, com ênfase aos públicos específicos (mulheres, jovens, indígenas, quilombolas, entre outros). Este estudo investiga como a juventude rural beneficiária do PSJ no Ceará percebe e avalia a implementação das políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável. O estudo busca caracterizar o perfil demográfico desses jovens, avaliar sua satisfação com o processo de implementação das políticas públicas, identificar desafios e oportunidades percebidos por eles e propor melhorias. A pesquisa se baseia em um estudo de caso e utilizou questionários para coletar dados. Os resultados indicam que a maioria dos jovens beneficiários possui formação no ensino médio e é composta principalmente por agricultores familiares. A maioria deles considera satisfatórias as informações fornecidas no edital da juventude, os prazos estabelecidos e o processo de capacitação. Além disso, a maioria está satisfeita com a análise de seus projetos de intervenção pela equipe do PSJ. No entanto, alguns jovens expressaram insatisfação ou apenas parcial satisfação em alguns aspectos do processo. É importante analisar esses casos mais

a fundo para identificar áreas que podem ser aprimoradas. Em geral, o estudo destaca a importância de políticas públicas que visem melhorar a vida da juventude rural e promover o desenvolvimento sustentável no Ceará.

Palavras-chave: Juventude rural; Políticas públicas; Desenvolvimento rural.

Abstract

The participation of youth is considered essential in the design of social policies, due to the dissemination of the paradigm of young people as subjects of rights. Furthermore, the inclusion of rural youth on the political agenda was translated into the formulation of actions and policies on income generation and productive inclusion aimed at rural youth, even though they are primarily focused on agricultural activities and credit from an economic perspective. The state of Ceará launched the São José Project (PSJ) in 1996, aiming to strengthen family farming and improve the quality of life in rural communities, seeking to integrate family farming into state economic, social, water and food development policies. PSJ III – 2nd phase presents itself as an opportunity to develop training actions for potential beneficiaries to better qualify demands and expressions of interest, with an emphasis on specific audiences (women, young people, indigenous people, quilombolas, among others). This study investigates how rural youth benefiting from PSJ in Ceará perceive and evaluate the implementation of public policies for sustainable rural development. The study seeks to characterize the demographic profile of these young people, assess their satisfaction with the process of implementing public policies, identify challenges and opportunities perceived by them and propose improvements. The research is based on a case study and uses questionnaires to collect data. The results indicate that the majority of young beneficiaries have a high school education and are mainly family farmers. Most of them consider the information provided in the youth notice, the established deadlines and the training process to be satisfactory. Furthermore, the majority are satisfied with the analysis of their intervention projects by the PSJ team. However, some young people expressed dissatisfaction or only partial satisfaction with some aspects of the process. It is important to analyze these cases further to identify areas that can be improved. In general, the study highlights the importance of public policies that aim to improve the lives of rural youth and promote sustainable development in Ceará.

Keywords: Rural youth; Public policy; Rural development.

1. Introdução

A elaboração de políticas públicas focalizadas congrega esforços direcionados para a inserção social, econômica e política do público alvo, com o intuito de alentar os gargalos diagnosticados (Araújo, 2017). Nesse sentido, as áreas rurais, notadamente no Brasil, são vistas como demandantes de atenções governamentais, tendo em vista os maiores níveis de pobreza e analfabetismo em relação às áreas urbanas (Helfand; Pereira, 2012).

Araújo (2003) complementa que, juntamente com a concentração fundiária e os pífios indicadores socioeconômicos, o Norte e Nordeste brasileiro são as regiões que mais necessitam do planejamento e aprimoramento de políticas públicas, principalmente para o meio rural.

Historicamente conhecida pelos problemas estruturais explicitados pelas adversidades edafoclimáticas, o Nordeste assume protagonismo no estudo e a formulação de medidas de políticas públicas com a intervenção do Estado se faz necessário, no intuito de tentar arrefecer as disparidades regionais em relação às demais regiões brasileiras (Silva; Neder, 2006). No que concerne ao rural, a hegemonia da agricultura de subsistência, predominante no semiárido, somada a distribuição irregular dos recursos hídricos, tende a provocar paulatinamente um esvaziamento rural, ameaçando relativamente à sucessão geracional da agricultura familiar (Sabino, 2013).

Em face dos diagnósticos pessimistas em relação ao desenvolvimento rural sustentável da região Nordeste, percebe-se que existem heterogeneidades naturais dentro dessa região, mediante a diversidade de biomas (caatinga, cerrados e mata atlântica). Não obstante, o Ceará, é o estado da presente região que congrega a maior participação relativa de municípios no semiárido brasileiro (aproximadamente 95,00%), com uma população concentrada na Região

Metropolitana de Fortaleza (RMF) e densidade demográfica relativamente “rala”¹ no interior do estado (Lima Júnior, 2014).

O presente estado vem desenvolvendo desde 1996, no âmbito do Projeto São José (PSJ), incentivos para o fortalecimento da agricultura familiar e a qualidade de vida das comunidades rurais, contribuindo com o desenvolvimento rural sustentável do estado do Ceará, mediante a articulação de ações voltadas à gestão e à consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar, inserindo-as no bojo das políticas estaduais de desenvolvimento econômico, social e de segurança hídrica e alimentar.

Tais postulados dialogam com Veiga *et al.* (2001), ao afirmarem que os determinantes para o atingimento do desenvolvimento rural perpassam pela valorização e o fortalecimento da agricultura familiar, com o incentivo e incremento do empreendedorismo local, mediante redimensionamento do papel do Estado com o intuito de dinamizar os arranjos institucionais.

Estudos sobre o Projeto São José, a exemplo de Araújo (2003) e Khan e Silva (2005), afirmam que o fortalecimento do capital social é elemento propulsor de um novo processo de desenvolvimento endógeno, no qual alavanca e amplia a infraestrutura social e econômica, com óbvios impactos na melhoria da qualidade de vida do meio rural cearense.

Nessa perspectiva, este estudo se propõe a responder à seguinte pergunta: Como a juventude rural beneficiária do Projeto São José no estado do Ceará percebe e avalia o processo de implementação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável?

De forma específica, a pesquisa visa: a) Caracterizar o perfil sociodemográfico da juventude rural beneficiária do Projeto São José no estado do Ceará, incluindo idade, origem geográfica, filiação a segmentos produtivos e nível de instrução; b) Avaliar a satisfação dos jovens beneficiários em relação ao processo de implementação das políticas públicas, desde o lançamento da convocatória pública (edital da juventude) até a data presente, considerando aspectos como adequação das informações, prazos estabelecidos, capacitação oferecida e análise dos projetos de intervenção; c) Identificar desafios e oportunidades percebidos pelos jovens beneficiários em relação ao Projeto São José e sugerir melhorias que possam contribuir para a eficácia e eficiência das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável no estado do Ceará.

Os estudos supracitados são geralmente compilados de maneira agregada, o que não permite compreender as particularidades sociodemográficas, por grupo etário. Este artigo pretende preencher esta lacuna, caracterizando o perfil sociodemográfico e o nível de satisfação dos jovens beneficiários contemplados pela chamada pública, direcionada à juventude rural do Projeto São José.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A revisão bibliográfica abordando o desenvolvimento rural e as políticas públicas para o arrefecimento dos gargalos históricos do subdesenvolvimento rural faz parte da segunda seção. Os procedimentos metodológicos empregados neste estudo são descritos na terceira seção. Em seguida, os resultados são mostrados e discutidos na quarta seção, enquanto a última seção do texto é destinada às considerações finais.

2. Revisão de literatura

O desenvolvimento rural deve ser contemplado como um processo multidimensional relativo às melhorias estruturais das condições de vida das populações rurais, buscando o arrefecimento das desigualdades socioeconômicas e sociais no meio rural.

¹ Grifo nosso.

Concomitantemente, a existência da justiça social, econômica e ambiental são características essenciais assumidas pelo desenvolvimento nacional (BRASIL, 2013).

Sob esta perspectiva, é importante destacar que dois elementos desempenharam um papel significativo no despertar e na ênfase dos debates concernentes ao desenvolvimento rural, independentemente de sua escala. Conforme apontado por Schneider (2010), o primeiro, fator determinante está intrinsecamente ligado à evolução das discussões acerca da agricultura familiar e suas implicações sociais e econômicas para a sociedade brasileira. Além disso, é relevante reconhecer que foi durante a primeira metade da década de 1990 que essa concepção se consolidou como uma categoria política, passando a ser incorporada por formuladores de políticas públicas, conferindo-lhe, atualmente, a legitimidade necessária para se estabelecer como uma referência em posições relativamente antagônicas em oposição a outras categorizações, como, por exemplo, o agronegócio.

Mediante o reconhecimento da agricultura familiar nos últimos anos como maior geradora de empregos e contribuição para a sustentabilidade ambiental e oferta de alimentos, têm-se a ampliação das políticas públicas destinadas para este público, como planos, programas e projetos específicos no setor agrícola voltadas as compras públicas de produtos da agricultura familiar, ao financiamento, à assistência técnica e extensão rural.

Nessa perspectiva, convergindo com os postulados sobre desenvolvimento rural, o estado do Ceará conta com o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), conhecido como Projeto São José III, que tem como foco o fortalecimento da agricultura familiar e o bem estar das comunidades rurais mediante ações focadas no apoio à gestão e à consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar, criando um elo entre as políticas estaduais de desenvolvimento socioeconômico com a segurança hídrica e alimentar.

Em sintonia com o paradigma de desenvolvimento refletido também pela sustentabilidade rural, a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), responsável pela execução do PDRS, em sua trajetória vem priorizado programa e projetos que fortaleçam a vida local rural nas dimensões: social, cultural e econômica. Nesta perspectiva o PDRS/PSJ III vem arrojar as políticas públicas que reconhecem a agricultura familiar como o meio para a inclusão social, objetivando mudanças sistemáticas na qualidade de vida dos agricultores.

Neste sentido, o PDRS/PSJ III em seu atual momento, Projeto São José III – 2ª fase – ou como vem sendo conhecido como Projeto São José IV (PSJ IV), desempenha relevante papel no que diz respeito às discussões das necessidades e prioridades da comunidade rural, bem como vem favorecendo um processo contínuo de aprendizagem, incluindo uma melhor gestão dos empreendimentos coletivos.

Diante da diversidade de grupos sociais existentes no âmbito rural, juntamente com suas distintas formas de organização política, é também possível identificar segmentos que se autodefinem ou são reconhecidos como a "juventude rural". Nesse contexto, a abordagem da juventude nas áreas rurais do Brasil assume historicamente um caráter complexo, caracterizado pela vivência de desafios que englobam a restrição de acesso a recursos e serviços em um cenário social profundamente desigual. Essa realidade é influenciada de maneira significativa por fatores como a expansão das monoculturas associadas ao agronegócio, os fenômenos de êxodo rural, a prevalência do analfabetismo e a concentração da posse de terras (BARCELLOS, 2017).

O tema da juventude rural é emergente face aos diversos espaços sociais: na academia, nos movimentos sociais, nos espaços de elaboração e execução de políticas públicas (CASTRO, 2012). Atualmente, a participação da juventude é considerada essencial na composição do desenho das políticas sociais, devido à difusão do paradigma do jovem como sujeito de direito. Ademais, a inserção do jovem rural na agenda política foi traduzida na

formulação de ações e políticas em geração de renda e inclusão produtiva direcionadas à juventude rural, mesmo que em primazia ainda estejam focadas em atividades agrícolas e no crédito sob a óptica economicista.

O PSJ III se coloca como oportunidade para que sejam desenvolvidas ações de capacitação aos potenciais beneficiários/as para melhor qualificação das demandas e das manifestações de interesse, com ênfase aos públicos específicos (mulheres, jovens, indígenas, quilombolas entre outros). Concomitantemente, o projeto prevê mecanismos estruturantes de relações sociais horizontalizadas, promovendo um elo entre as políticas sociais para oferecer apoio às famílias nas tarefas relacionadas aos cuidados e a ampliação dos espaços de diálogos e debates sobre a questão de gênero e a sucessão rural (CEARÁ, 2023).

Paralelamente, essas ações atuam em todo estado e nas mais diversas cadeias produtivas presentes nos territórios do Ceará. Nesse sentido, esta pesquisa jamais conseguiria abordar todas as atividades selecionadas pelo Projeto, sendo desta forma, escolhida a juventude rural no âmbito do edital de chamada pública supracitada.

3. Procedimentos metodológicos

Além de fundamentar-se em uma revisão bibliográfica, optou-se por empregar um questionário com o propósito de compreender a realidade vivenciada pelos jovens beneficiados pelo PSJ IV. O objetivo primordial deste estudo reside na identificação do processo de satisfação das juventudes rurais, abrangendo o período que se estende desde a publicação da chamada pública (edital da juventude) até o momento presente, permitindo, assim, avaliar o desenvolvimento de todas as etapas do processo seletivo.

O método de pesquisa conhecido como estudo de caso é comumente empregado para a coleta de dados qualitativos, geralmente provenientes de eventos reais, com o propósito de analisar, explorar ou descrever fenômenos contemporâneos em seu contexto específico. Este método é caracterizado por uma investigação minuciosa e aprofundada, frequentemente focando em um número limitado, ou mesmo em um único objeto de estudo, e proporcionando uma compreensão aprofundada desses objetos (EISENHARDT, 1989; YIN, 2009).

De acordo com Gil (1999, p. 128), o questionário é definido como uma técnica de investigação que consiste em apresentar por escrito um conjunto de questões a um número considerável de indivíduos, com o propósito de adquirir conhecimento sobre suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e experiências vivenciadas, entre outros aspectos relevantes.

A elaboração do questionário considerou meticulosamente as seguintes etapas: i) a seleção dos jovens, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital nº 03/2021; ii) a realização de capacitações ministradas pelo Instituto de Arte, Cultura, Lazer e Educação (Iarte) para os jovens, abrangendo tópicos relacionados ao empreendedorismo, à elaboração e à gestão de projetos, como parte da preparação para a formulação de projetos de intervenção. Os jovens foram organizados em grupos e as capacitações ocorreram tanto *online* quanto de forma presencial. Cada grupo elaborou e submeteu seus projetos de intervenção para análise; iii) a realização de visitas técnicas por parte de profissionais da Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce) aos jovens classificados.

Para uma melhor compreensão da metodologia empregada na pesquisa realizada, foi necessário realizar uma visita técnica que contou com a participação integral dos 297 jovens. Após a visita técnica foi solicitado que esses jovens respondessem um questionário contendo dez perguntas.

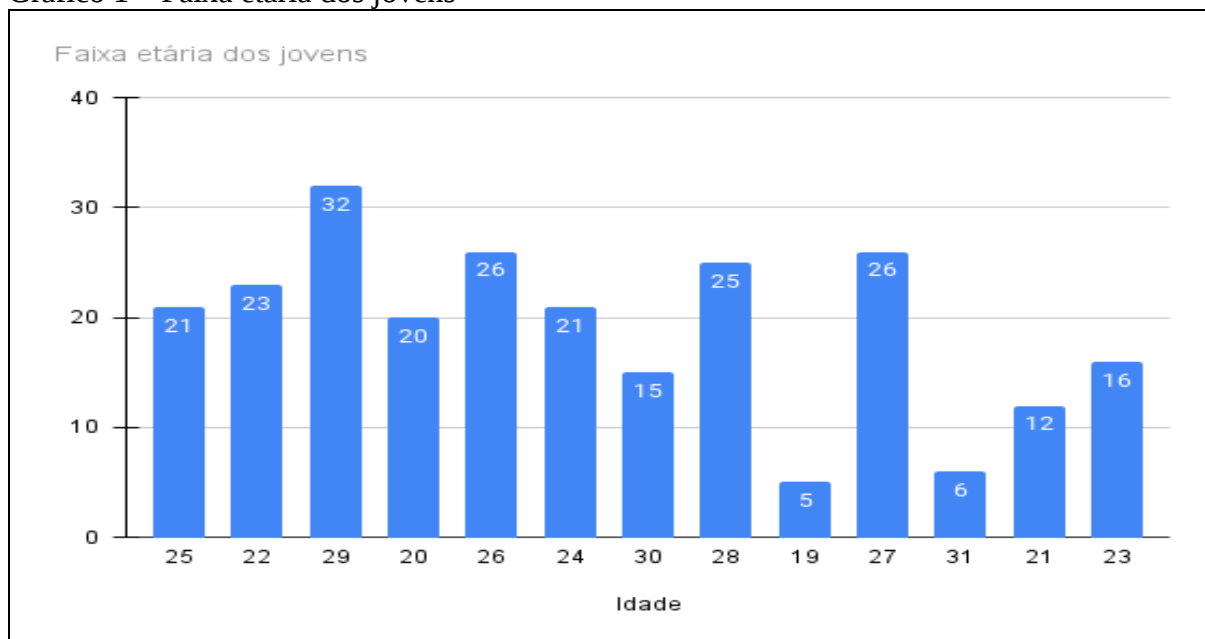
O questionário foi elaborado/respondido/recebido pela plataforma “Google Forms”. Do total de 297 jovens selecionados através do edital da juventude, 248 indivíduos, correspondendo a 83,5% da totalidade, completaram o questionário proposto. Por outro lado, 49 sujeitos, equivalendo a 16,5%, optaram por não participar da pesquisa. É salutar mencionar que, considerando a amplitude temporal da coleta de dados, estendida do dia 3 a 27 de fevereiro de 2023, o número de respostas obtidas se revela substancial, robustecendo a representatividade das informações apuradas.

4. Resultados e discussão

No âmbito desta pesquisa, aprofundou-se a análise para compreender a realidade vivenciada pelos jovens beneficiados pelo PSJ IV. Este tópico tem como foco central a exposição e análise dos resultados obtidos ao longo da investigação, bem como uma discussão crítica desses resultados à luz das questões e hipóteses delineadas no início do estudo.

No tocante à composição etária dos participantes, constatou-se uma amplitude que varia de 19 a 31 anos. Nota-se que um contingente de apenas cinco jovens indicara a idade de 19 anos, enquanto a faixa etária mais frequentemente representada foi a de 29 anos, contando com a participação de 32 indivíduos. Destaca-se ainda um grupo composto por seis jovens situados na faixa etária de 31 anos (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Faixa etária dos jovens



Fonte: UGP/PSJ III – 2ª fase/Geplama, fevereiro, 2023.

O grupo de jovens sob análise tem sua origem em um amplo espectro de 70 municípios localizados no território do estado do Ceará. A contextualização geográfica dos indivíduos dessa amostra revela uma disposição diversificada.

Destacando-se na configuração por seu significativo contingente, o município de Quixelô contribuiu com a participação de 30 jovens, seguido de São Benedito, que apresentou um contingente de 22 participantes. A cidade de Canindé apresentou uma representação de dez indivíduos, enquanto Mauriti e Salitre, igualmente, contribuíram com oito jovens cada.

No seguimento dessa análise, observa-se que Ibiapina, Itapipoca, Jaguaratama, Parambu e Quiterianópolis, compartilharam uma equânime representação de sete participantes

cada. Enquanto isso, uma representação de seis indivíduos foi observada nos municípios de Crateús, Fortim, Quixeramobim, Santana do Cariri e Tamboril.

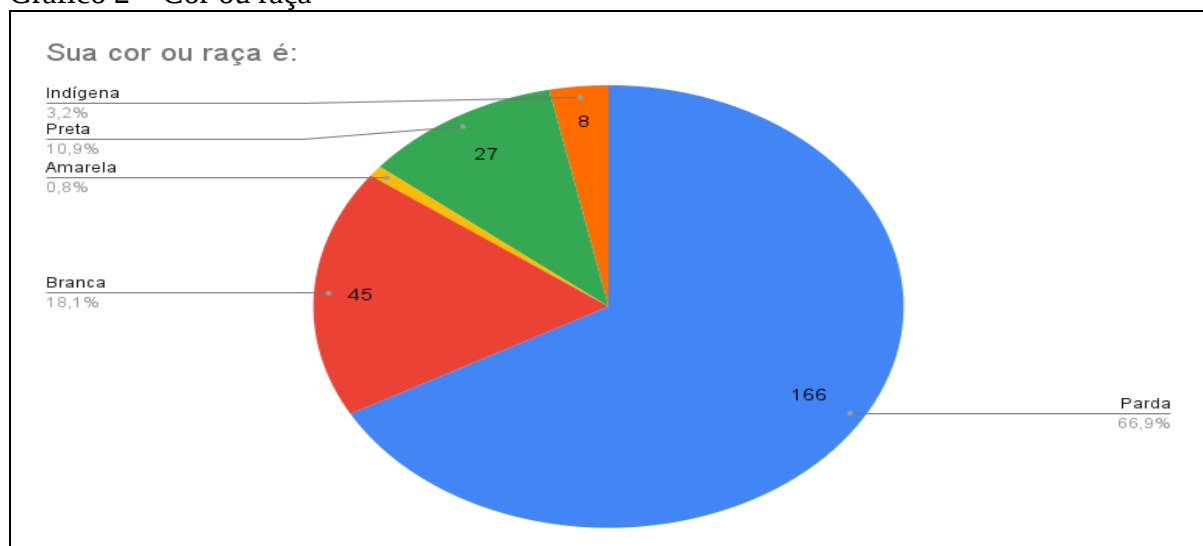
A distribuição prossegue, revelando que Irauçuba, Orós e Várzea Alegre compartilham uma representação comum, com cinco jovens cada. Uma proporção levemente menor, totalizando quatro indivíduos, foi observada nos municípios de Aquiraz, Banabuiú, Crato, Ipueiras, Jaguaribe, Massapê e Monsenhor Tabosa.

O contingente diminui progressivamente nas categorias subsequentes. Municípios como Graça, Ibaretama, Santana do Acaraú e Tianguá apresentam uma representação de três participantes cada. A parcela de municípios com dois jovens selecionados, abarca Acopiara, Barreira, Beberibe, Deputado Irapuan Pinheiro, Ipaumirim, Jaguaribara, Limoeiro do Norte e Nova Olinda.

Observa-se um grupo de municípios que apresentaram a menor representação, cada qual contribuindo com um único jovem selecionado. Essa categoria engloba os seguintes municípios: Acaraú, Aiuaba, Altaneira, Amontada, Apuiarés, Aurora, Boa Viagem, Brejo Santo, Camocim, Cascavel, Chorozinho, Frecheirinha, Hidrolândia, Iguatu, Independência, Ipaporanga, Itatira, Jardim, Lavras da Mangabeira, Madalena, Moraújo, Novo Oriente, Ocara, Piquet Carneiro, Pires Ferreira, Potiretama, Quixadá, São Luís do Curu, Senador Sá, Sobral, Solonópole, Trairi e Umirim.

Em relação à variável étnico-racial, as respostas dos jovens revelam o seguinte panorama: um total de 166 indivíduos autodeclararam-se pardos, representando assim 66,9% do conjunto total de participantes da pesquisa. Por sua vez, 45 participantes afirmaram pertencer à etnia branca, correspondendo a uma proporção de 18,1%. A categoria de autodeclaração como pertencente à etnia preta abrangeu 27 jovens, equivalendo a 10,9% do total. Há também um contingente de oito jovens, representando 3,2%, que se identificaram como pertencentes à etnia indígena. Além disso, dois jovens, aproximadamente 0,8%, relataram considerarem-se pertencentes à etnia amarela. Com a intenção de facilitar a apreensão e interpretação desses dados, o Gráfico 2 é fornecido abaixo.

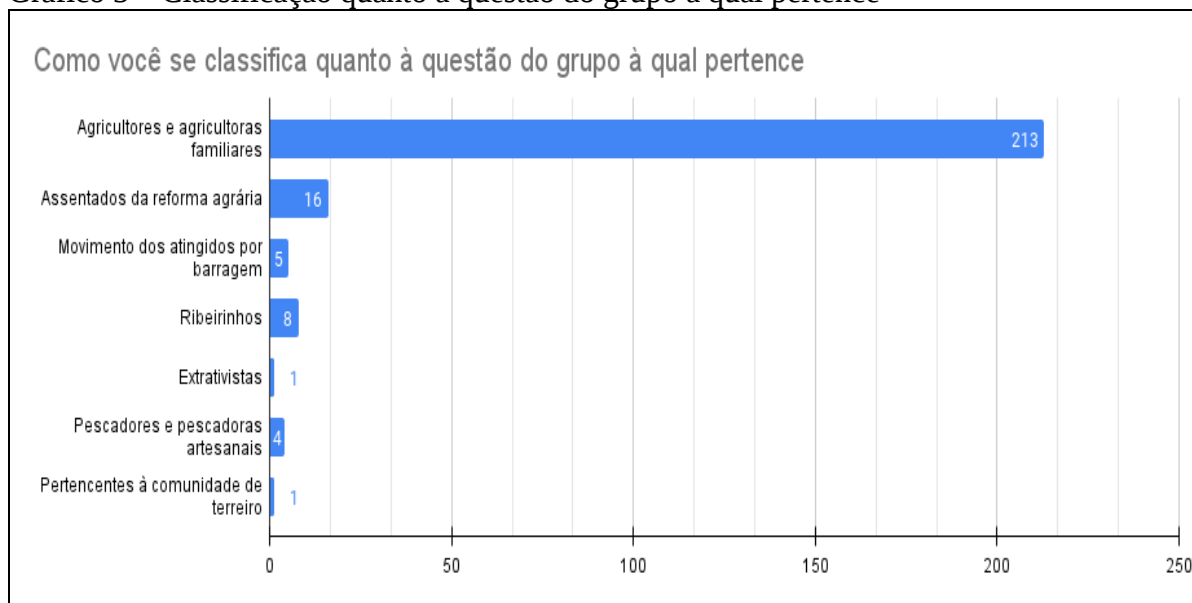
Gráfico 2 – Cor ou raça



Fonte: UGP/PSJ III – 2ª fase/Geplama, fevereiro, 2023.

O Gráfico 3 a seguir simboliza a categorização dos jovens de acordo com sua filiação aos segmentos produtivos.

Gráfico 3 – Classificação quanto à questão do grupo à qual pertence

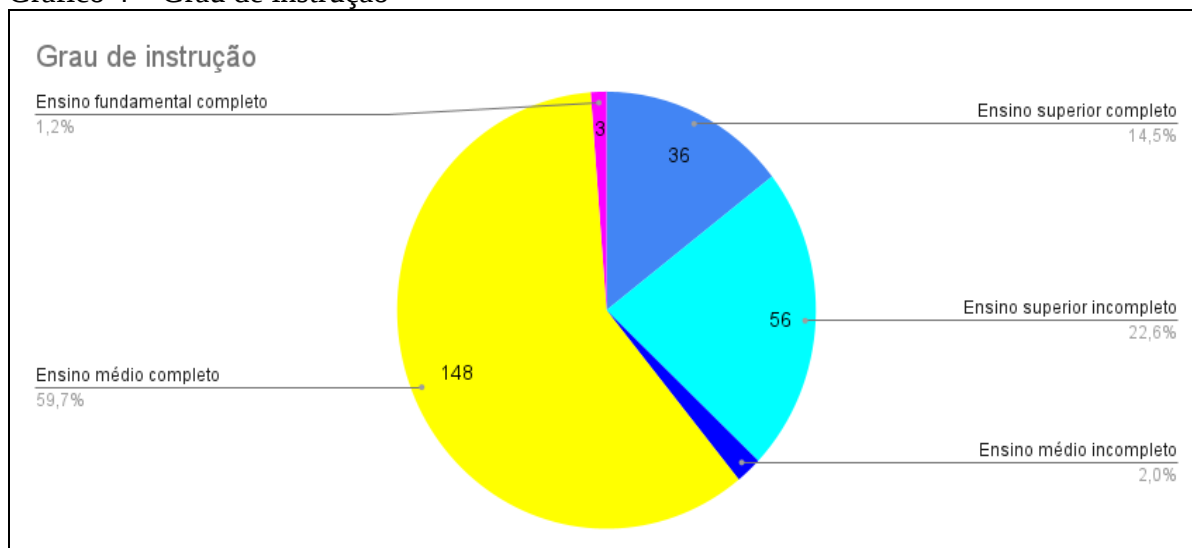


Fonte: UGP/PSJ III – 2ª fase/Geplama, fevereiro, 2023.

Mediante uma análise visual do gráfico supracitado, constata-se que a maioria expressiva dos participantes da investigação se enquadra na categoria de agricultores(as) familiares, totalizando 213 jovens. Paralelamente, também se destacam grupos representativos oriundos de esferas diversificadas, tais como assentados da reforma agrária, ribeirinhos, integrantes do movimento dos atingidos por barragem, pescadores(as) artesanais e membros das comunidades de terreiro.

Prosseguindo, apresenta-se na sequência o Gráfico 4, focalizando a temática referente ao nível de instrução.

Gráfico 4 – Grau de instrução



Fonte: UGP/PSJ III – 2ª fase/Geplama, fevereiro, 2023.

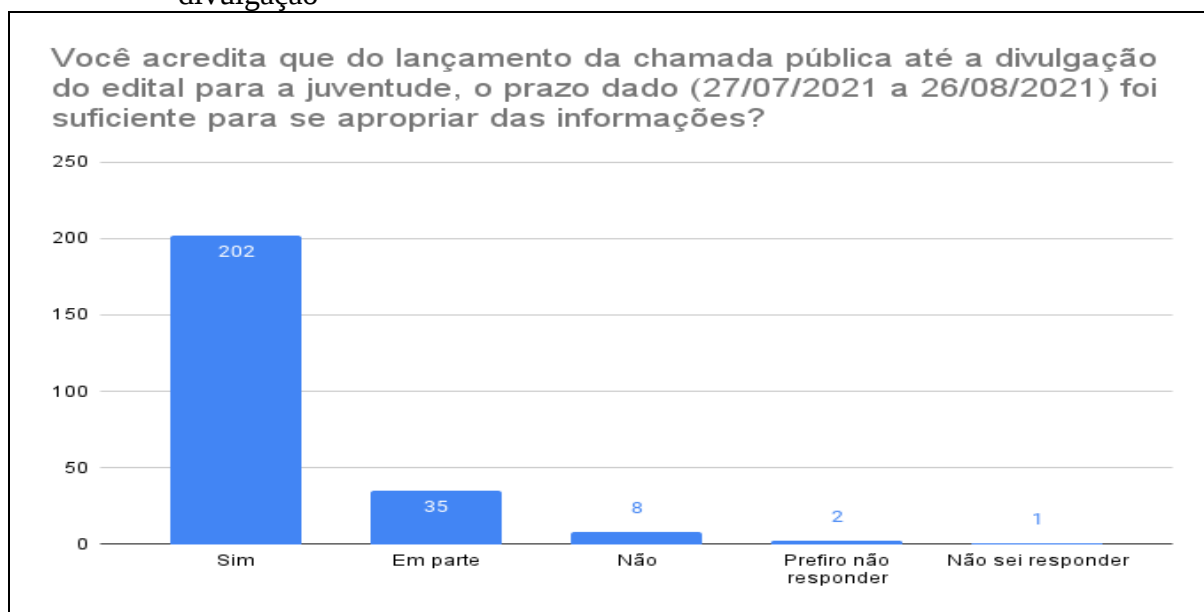
Ao proceder à análise do gráfico, emerge a constatação de que aproximadamente 60% dos jovens examinados detêm a conclusão do ensino médio. Ademais, merece destaque o contingente de 14,5% dos entrevistados que atestaram a conclusão do ensino superior,

sinalizando um engajamento do processo educativo entre a comunidade jovem. De igual modo, 22,6% dos participantes relataram estar em posse de uma formação universitária ainda não integralizada.

Torna-se imperativo conduzir um exame aprofundado acerca de como o engajamento educacional no contexto rural pode conferir vantagens à comunidade juvenil, e em que medida a busca pelo ensino superior pode ser um agente catalisador da inovação nos circuitos produtivos nos quais esses indivíduos se inserem.

Concluída a avaliação da seção inicial do questionário, concernente aos dados gerais, prosseguiu-se para a etapa de maior especificidade, que versa sobre a compreensão dos jovens em relação ao procedimento de convocatória pública direcionado à juventude (edital) (Gráfico 5).

Gráfico 5 – As informações do lançamento de chamada pública (edital da juventude) até divulgação



Fonte: UGP/PSJ III – 2ª fase/Geplama, fevereiro, 2023.

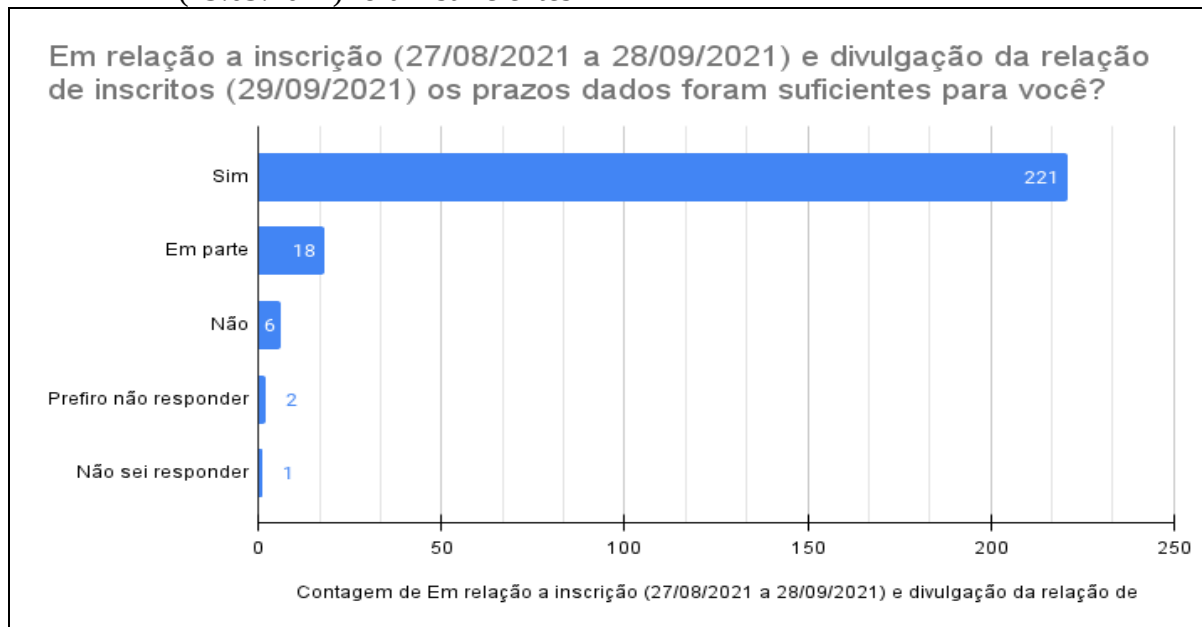
O Gráfico 5 apresenta as respostas dos jovens entrevistados sobre a adequação das informações prestadas a partir do lançamento do edital da juventude, dentro do período compreendido entre 27 de julho de 2021 e 26 de agosto de 2021. Do total, 202 jovens alegaram que as informações foram suficientes para compreensão plena; 35 afirmaram ter absorvido parte das informações; enquanto oito jovens indicaram que as informações fornecidas não atenderam suas necessidades. Além disso, dois indivíduos optaram por não fornecer resposta e um sujeito indicou não saber responder.

A seguir, os jovens foram consultados sobre o processo de inscrição e a divulgação da lista de inscritos, bem como a suficiência dos prazos estabelecidos. As respostas obtidas foram: i) 221 jovens afirmaram que os prazos e procedimentos foram satisfatórios; ii) 18 indicaram um nível parcial de adequação; iii) seis declararam que os prazos não foram suficientes; iv) dois preferiram não fornecer resposta; e v) um participante expressou não estar em posição de responder.

Para facilitar a compreensão dessas informações, é apresentado o Gráfico 6 subsequente, que oferece uma visualização mais clara. Importa salientar que os resultados

apresentados neste Gráfico 6 se alinham de forma consistente com os dados previamente expostos no Gráfico 5 anteriormente.

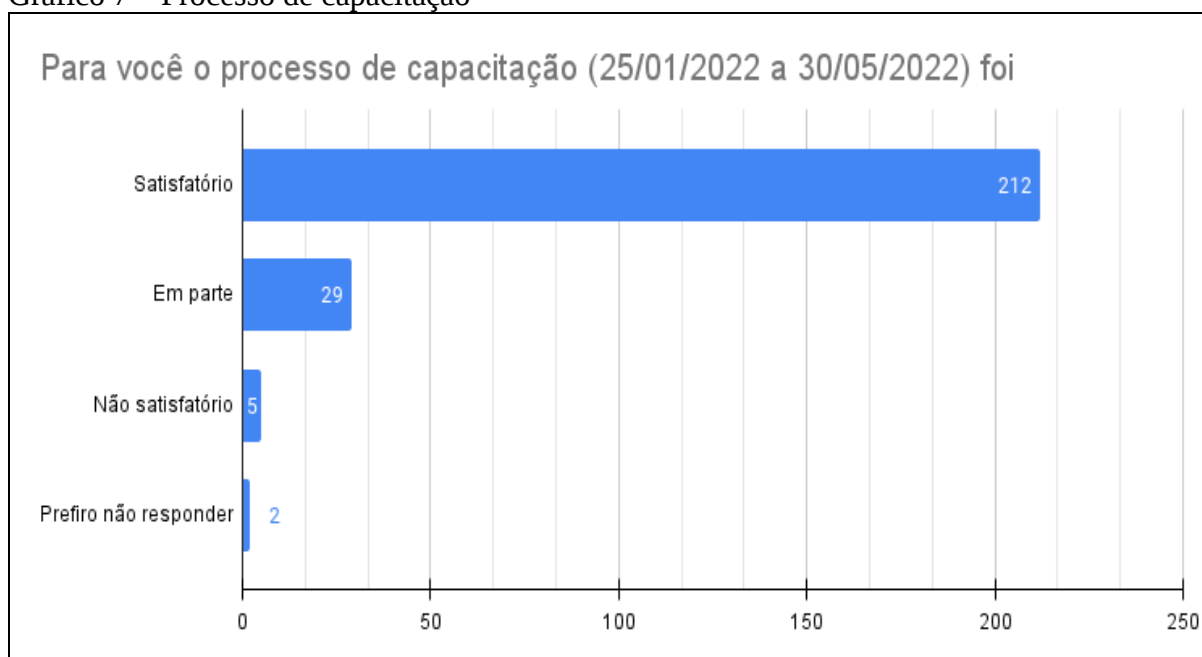
Gráfico 6 – Os prazos dados para inscrição (27.08.2021) e divulgação da relação de inscritos (29.09.2021) foram suficientes



Fonte: UGP/PSJ III – 2ª fase/Geplama, fevereiro, 2023.

A seguir, apresenta-se o Gráfico 7, que se dedica a explorar a avaliação dos jovens sobre o processo de capacitação ministrado pela equipe do Iarte sob a supervisão do PSJ IV. Este gráfico oferece uma visão detalhada dessa avaliação por parte dos participantes.

Gráfico 7 – Processo de capacitação



Fonte: UGP/PSJ III – 2ª fase/Geplama, fevereiro, 2023.

As respostas colhidas no âmbito do processo de capacitação demonstraram um panorama promissor. Um total de 212 jovens afirmaram que a formação de aprendizagem foi satisfatória, enquanto 29 participantes indicaram que a experiência foi parcialmente satisfatória. Por outro lado, cinco respondentes asseveraram que a capacitação não atendeu às suas expectativas, e dois indivíduos abstiveram-se de responder a essa questão.

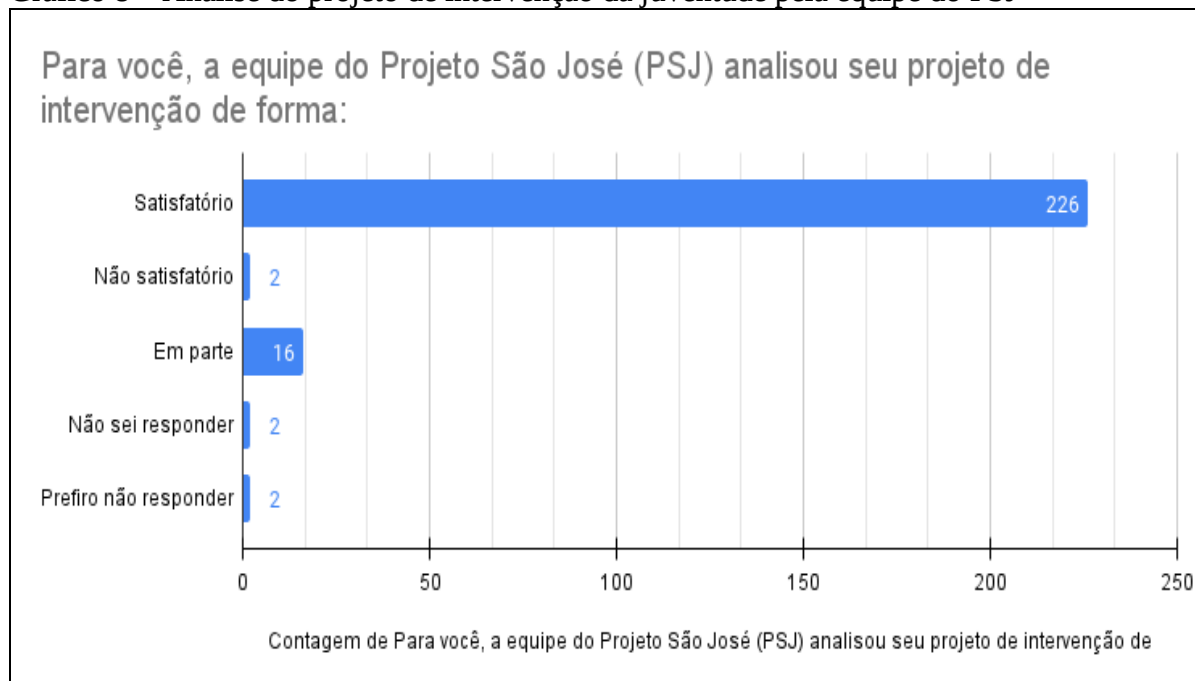
Cabe mencionar que é de extrema relevância estabelecer contato com os jovens que assinalaram respostas como "em parte" e "não satisfatório". Tal abordagem visa compreender as falhas e deficiências percebidas no processo de capacitação, a fim de retificar eventuais equívocos e apresentar abordagens inovadoras que estejam alinhadas com as necessidades educacionais dos beneficiários do PSJ IV. Tais iniciativas se fundamentarão na promoção de uma aprendizagem que se sustenta nos pilares da ética, solidariedade e coletividade.

Na sequência, questionou-se os jovens pesquisados sobre suas percepções em relação à análise dos projetos de intervenção por parte dos técnicos do PSJ em colaboração com a Ematerce.

As respostas obtidas abarcaram os seguintes aspectos: i) 226 indivíduos declararam satisfação em relação à avaliação de seus projetos de intervenção pela equipe do PSJ IV; ii) dois entrevistados expressaram insatisfação; iii) 16 jovens assinalaram uma sensação de satisfação parcial; iv) dois participantes indicaram a impossibilidade de responder a essa pergunta; e, por fim, v) dois optaram por não fornecer resposta.

Para uma representação visual clara desses resultados, o Gráfico 8 é apresentado abaixo, contribuindo para uma melhor compreensão das respostas colhidas na pesquisa.

Gráfico 8 – Análise do projeto de intervenção da juventude pela equipe do PSJ



Fonte: UGP/PSJ III – 2ª fase/Geplama, fevereiro, 2023.

Na fase conclusiva da pesquisa, os participantes foram indagados a respeito do conceito atribuído a todo o percurso, desde o lançamento da convocatória pública (edital da juventude) até a data presente, estabelecida como 27 de fevereiro de 2023 – o prazo final para a conclusão do questionário. O Gráfico 9, a seguir, ilustra os resultados obtidos com base nas respostas coletadas nos questionários.

Gráfico 9 – Nota atribuída a todo o processo desde o início (edital de chamada pública para a juventude) até o presente momento (27.02.2023)



Fonte: UGP/PSJ III – 2ª fase/Geplama, fevereiro, 2023.

Os dados levantados por meio do questionário e apresentados através dos gráficos acima deixa evidente o esforço do PSJ para se fazer efetivo na construção de um projeto que visa favorecer seus beneficiários, neste caso em especial, a juventude rural. Ao utilizar ferramentas que promovem o acesso e a inclusão de jovens rurais, o PSJ avança com o intuito de facilitar e ao mesmo tempo recolher informações que levem a evolução da sua própria organização, favorecendo assim um salto de qualidade na sua prestação de serviço.

5. Considerações finais

O propósito do presente trabalho consistiu em efetuar uma avaliação abrangente acerca da satisfação da juventude em relação à chamada pública (edital da juventude), desde seu lançamento até o momento atual, assinalado como 27 de março de 2023 – o prazo final para a conclusão do questionário pelos jovens participantes. Atingindo uma taxa de respostas colhidas que excede 83,5%, observou-se uma participação substancial por parte dos respondentes. No entanto, é imprescindível adotar uma abordagem mais incisiva e eficaz para sensibilizar os jovens que optaram por não responder ao questionário. Isso se faz necessário para garantir a obtenção de informações que possam contribuir para a contínua melhoria dos serviços oferecidos pelo Projeto São José (PSJ) aos seus beneficiários, bem como para instituir mecanismos de participação mais dinâmicos e inovadores, simplificando, assim, os processos futuros de tomada de decisão.

Uma avaliação imparcial das respostas coletadas nos questionários evidencia uma abordagem que visa à identificação e resolução de desafios. Ao concluir este estudo, destacam-se os seguintes pontos:

- 1) Existe a necessidade de colher as informações (aplicação de questionário) o mais breve possível, para que seja possível traçar um paralelo de como tudo aconteceu, com o intuito de corrigir possíveis entraves que venham a acontecer nos próximos editais;

- 2) Faz-se necessário uma participação maior dos participantes da pesquisa daqui para frente, no que diz respeito ao uso do questionário. Pois, uma maior participação dos pesquisados geram informações mais próximas da realidade;
- 3) É preciso informar aos participantes a importância de responderem um questionário avaliativo, já que o instrumento de coleta busca oferecer nos próximos editais informações de qualidade e de fácil entendimento para todos, bem como favorecer uma capacitação inovadora e atualizada. Porém, para isso acontecer, é imprescindível a participação dos respondentes.

Cabe ressaltar que as sugestões apresentadas são passíveis de serem adotadas pelas partes interessadas e assessorias, uma vez que possuem autonomia para tomar as decisões pertinentes. No entanto, é necessário enfatizar a importância de avaliar meticulosamente todas as atividades empreendidas pelo PSJ, a fim de contribuir para o crescimento e o êxito do projeto. O objetivo é sempre aprimorar as iniciativas e promover o renome do projeto em todos os municípios do estado do Ceará.

Referências

ARAÚJO, J. B. **Mercado de trabalho e desigualdade:** o Nordeste brasileiro nos anos 2000. Teses (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP. 2017.

ARAÚJO, M. H. **Desigualdade e pobreza no Ceará:** o caso do Projeto São José. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE, 2003.

BARCELLOS, S. B. As Políticas Públicas para a Juventude Rural: o Pronaf jovem em debate. **Planejamento e políticas públicas**, n. 48, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Documento de referência:** 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Brasília: MDA, 2013.

CASTRO, C. N. **A agricultura no nordeste brasileiro:** oportunidades e limitações ao desenvolvimento. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IPEA, nov., 2012.

CEARÁ. Secretaria do Desenvolvimento Agrário. **Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PDRSS:** 2012 a 2015. Fortaleza: SDA, 2023.

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **Academy of management review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HELFAND, S.; PEREIRA, V. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. In: BUAINAIN, A. M; DEDECCA, C. S. (Org.). **A nova cara da pobreza rural:** desafios para as políticas públicas. Brasília: IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 16, p. 121-160, 2012.

KHAN, A. S.; SILVA, L. M. R. Capital social das comunidades beneficiadas pelo Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR/Projeto São José – PSJ – Estado do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 43, n. 1, p. 101-117, 2005.

LIMA JÚNIOR, F. do O'. **Estrutura produtiva e rede urbana no Estado do Ceará durante o período de 1980-2010**. Campinas, SP, 264 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, 2014.

SABINO, M. J. C. **A vulnerabilidade da agricultura familiar nos municípios do Ceará: o caso do Maciço de Baturité**. Fortaleza, CE, 95 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, 2013.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p 511-531, jul./set., 2010.

SILVA, J. L. M.; NEDER, H. D. Desigualdade de renda e pobreza entre famílias no meio rural do Nordeste. **Economia e Desenvolvimento** (Recife), v. 5, p. 221-242, 2006.

VEIGA, J. E. *et al.* **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília, DF: CNDRS, 2001.

YIN, Robert K. **Case study research: design and methods**. sage, 2009.